



## IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA Portugal, território de territórios

---

ÁREA TEMÁTICA: Sexualidade e Género [ST]

---

**“TRAVESTI”: INSULTO OU IDENTIDADE?**

---

Saleiro, Sandra Palma

Doutorada em Sociologia, CIES-IUL, [sandra.saleiro@iscte.pt](mailto:sandra.saleiro@iscte.pt)

---



#### Resumo

Na sociedade portuguesa a vivência de género fora da prescrita no tradicional sistema binário de sexo/género é ainda um fenómeno social invisível e desconhecido. Nas ciências sociais, e especificamente na sociologia portuguesa, só muito recentemente começou a ser objeto de interesse. Uma das pesquisas pioneiras na exploração deste objeto foi o projeto “Transsexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de género”, desenvolvido no CIES-IUL, financiado pela FCT. O estudo, que implicou entrevistas em profundidade, inquéritos por questionário e incursões etnográficas em espaços frequentados por pessoas trans, permitiu mapear uma diversidade de identificações de (trans)género, entre as quais a de travesti. Na língua e cultura portuguesas, o termo “travesti” é um dos mais tradicionalmente utilizados para sinalizar o fenómeno de expressão de uma identidade de género fora dos moldes socialmente expectáveis face às características biológicas (“sexo”) de determinado indivíduo. Foi, no entanto, diminuto o número de pessoas que reivindicou essa como sua identidade de género no presente, e muitas as que a rejeitaram. A utilização leiga da palavra para designar uma amálgama de pessoas “estranhas” em termos de género, funcionando muitas vezes como um insulto, bem como as próprias características do modo de transgénero coberto por este termo, são fatores que contribuem para essa rejeição. Neste *paper* discutiremos o “travesti”, na sua dupla vertente de insulto e de identidade.

#### Abstract

In Portuguese society the experience of gender out of the prescription in the traditional binary system of sex/gender is still an invisible and unknown social phenomenon. In social sciences, and specifically in Portuguese sociology, it has only recently started to be object of interest. One of the pioneering researches in the exploration of this object was the study “Transsexuality and Transgender: Gender Identities and Expressions of Gender” carried out in CIES-IUL, financed by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT). The research, which involved in-depth interviews, a survey and ethnographic incursions into areas frequented by trans people, allowed to map a variety of (trans)gender self-identifications, including “travesti”. In Portuguese language and culture, the term “travesti” is one of the most traditionally used to sign the phenomenon of expressing a gender identity outside the modes socially expected taking into account the biological characteristics (“sex”) of an individual. The research showed that only a very small number of trans people self-identify themselves as travesti in the present time, while many of them rejected travesti as their gender identity. The lay use of the word to designate an undifferentiated amalgam of “strange” people in terms of gender, often being an insult, as well as the characteristics of the mode of transgender covered by this term are factors that contribute for this rejection. In this paper we intend to discuss “travesti” in its double sense of insult and identity.

Palavras-chave: Identidade de género; Travesti; Transsexual; Transgénero

Keywords: Gender identity; Travesti; Transsexual; Transgender

[COM0265]

## 1. Introdução

A atenção às pessoas que se situam, de algum modo, fora do sistema binário de sexo/género, e que atualmente denominamos de transgénero, foi negligenciada na sociologia até praticamente aos anos 1990 (à exceção de Garfinkel, 1967). Com impulso sobretudo a partir do presente século, a entrada em campo da sociologia veio colocar em jogo análises e interpretações alternativas e concorrentes das principais “leituras” disponíveis sobre o fenómeno. A do “senso comum” enraizada no desconhecimento de uma realidade ainda bastante invisível e, quando visível, “estranha” e “estranhada”, onde se confunde frequentemente identidade de género e orientação sexual e a da medicina, que tem produzido, pese embora os recentes e assinaláveis progressos, interpretações patologizantes e homogeneizantes, ao modo dos diagnósticos.

Aquela que tem constituído a “epistemologia dominante do transgénero” (Hines, 2007), originária e legitimada pelas ciências psico-médicas, reduz todos os modos de transgénero à transexualidade e esta última a uma conceção padronizada e padronizadora, que designámos como “narrativa clássica da transexualidade” (Saleiro, 2013). Já as mais recentes propostas da sociologia no estudo do transgénero apontam precisamente para a identificação da “diversidade” dentro da “diversidade de género” (Monro, 2010) ou dos “distintos posicionamentos de (trans)género” (Hines, 2010, p. 600) como um dos principais modos da disciplina contribuir para a compreensão do fenómeno. Assim, um dos objetivos principais da pesquisa empreendida, a que nos referimos no resumo, passou precisamente por mapear a diversidade de identidades e expressões de (trans)género existentes no contexto nacional, através do acesso ao discurso dos sujeitos, à sua “experiência vivida contextualizada” (Namaste, 2000; Hines, 2007; Monro, 2010).

Na língua e cultura portuguesas, “travesti” é um dos termos mais tradicionalmente utilizados para sinalizar o fenómeno de uma expressão de género fora dos moldes socialmente expectáveis face às características biológicas (“sexo”) de determinado indivíduo. Importava então perceber se este uso corrente teria paralelo nos espaços sociais e linguísticos trans<sup>1</sup>, incluindo ao nível das autoidentificações de género das pessoas que se situam fora do cisgénero<sup>2</sup>.

Para aceder aos sujeitos e aos seus discursos foram realizados inquéritos por questionário e entrevistas em profundidade a pessoas trans. Outra componente metodológica passou por incursões etnográficas em espaços por elas frequentados, como sejam eventos relacionados com a temática ou dirigidos a este tipo de população ou incursões noturnas pela rua do Conde de Redondo (o “Conde”), em Lisboa, e suas imediações, local de exercício de trabalho sexual de pessoas de expressão trans. A frequência destes espaços permitiu o acesso a pessoas trans arredadas de contextos mais institucionais, como os serviços médicos de acompanhamento da transexualidade ou as estruturas do movimento associativo LGBT, alargando consideravelmente o leque de identidades e expressões de género abrangidas pelo estudo. O trabalho de campo decorreu entre 2007 e 2011, com uma concentração maior entre maio de 2007 e maio de 2008.

## 2. O “paradoxo do travesti”: Abundância e excecionalidade

A frequência de espaços habitados por pessoas trans e a interação informal com as mesmas, através da componente etnográfica, bem como o acesso mais estruturado ao seu discurso, através das entrevistas, evidenciou o “travesti” como um termo praticamente omnipresente nos espaços sociais e linguísticos trans.

Tendo em conta o discurso captado formalmente, das 37 pessoas trans entrevistadas, apenas sete não referiram o termo. No total, a palavra foi referida espontaneamente 326 vezes. Uma análise global mostra que a sua utilização está sobretudo presente no discurso das mulheres trans e das pessoas mais velhas.

Esta abundância não tem, porém, tradução ao nível das autoidentificações, tendo sido excecional o número de pessoas trans que formaram a sua identidade de (trans)género no contexto da sociedade portuguesa que assumiram “travesti” como a sua atual identidade ou expressão de género. No inquérito por questionário, que convidava as pessoas a assinalar a(s) sua(s) identificação(ões) de género, e onde “travesti” fazia parte da listagem apresentada, surge apenas duas vezes na possibilidade de “principal identificação” de género,

acrescentando apenas mais uma na modalidade que permitia múltiplas identificações. Tal não acontece, contudo, entre a significativa população de mulheres trans de origem brasileira que se encontram em Portugal, e cujo contacto informal, nomeadamente nos espaços de trabalho sexual, permitiu perceber a frequência da reivindicação de travesti como uma identidade ou expressão de género para si. São, aliás, muitas vezes, estas últimas que se constituem como os principais sujeitos do “travesti” no discurso das mulheres trans portuguesas, sendo evocadas para ilustrar de que fenómeno e de quem se fala. A não abrangência, nesta investigação, das muitas pessoas que formaram a sua identidade de (trans)género no Brasil e que se encontravam a residir temporariamente no nosso país deveu-se ao considerável número de pesquisas já realizado sobre este tipo de população e sobre este modo de transgénero nas ciências sociais brasileiras (uma parte da qual está recenseada na bibliografia), contrastando com a total ausência de estudos, na época, sobre a formação de identidades trans no contexto da sociedade portuguesa nas ciências sociais em Portugal. Nos últimos anos tem sido crescente o interesse de investigadores/as brasileiros/as, e também portugueses/as, pelo estudo da migração trans brasileira em Portugal, contribuindo assim para a constituição de um património de conhecimento também sobre este fenómeno.

É preciso pois ter em consideração que um estudo remetido à sociedade portuguesa que tome como sujeitos empíricos uma proporção significativa desta população obterá certamente resultados distintos dos aqui apresentados, sobretudo, como já referimos, na vertente da “escassez” das autoidentificações com travesti.

Para os objetivos a que nos propusemos, importa, então, perceber o sentido, contexto e destinatários(as) do uso do travesti nos espaços sociais e linguísticos trans, deslindando este “paradoxo do travesti” entre as pessoas que formaram a sua identidade de (trans)género na sociedade portuguesa, em que, simultaneamente, abunda enquanto referência e hétero-atribuição de género e escasseia enquanto autoidentificação.

### 3. Modalidades do uso de “travesti”

Uma das modalidades de uso do travesti é a que surge em pessoas que se posicionam atualmente como mulheres transexuais, remetido ao seu passado.

“Primeiro foi o transformismo, depois o travesti seguido todos os dias e agora o transexual e mulher” (Luísa<sup>3</sup>, 48 anos)

“O travestismo não é uma coisa permanente. Não se vive como travesti, não se vive, está-se uma hora, duas, três, quatro, ou os da ‘rua’ [no exercício de trabalho sexual], que foi o meu caso no início, nos anos ‘80, quando era travesti, não é? De noite é uma máscara que se usa, ou então num espetáculo, que não deixa de ser outra máscara. Portanto, a diferença é viver 24 horas no outro lado, que não acontece com os travestis, não é? Os travestis não vivem 24 horas do outro lado. Ao passo que nós, para o bem e para o mal, vivemos 24 horas na outra pele, que é a nossa pele, ao fim e ao cabo. Os outros é que nos veem a nós como usando uma outra pele.” (Helena, 49 anos)

Nestes discursos “ser” ou “parecer” travesti surge como uma *fase ou uma expressão de género transitória no percurso que culmina na transexualidade*, ou seja, na vivência permanente e em todas as dimensões da vida enquanto mulher com uma expressão de género, incluindo ao nível de estética corporal, que socialmente lhe corresponda. A assunção de travesti como uma etapa no percurso de (trans)género não surge no discurso das mulheres transexuais mais novas, as quais, tendo mais cedo na vida contacto com o “discurso médico da transexualidade”, também mais cedo enquadram a sua situação e experiência de género nessa condição.

No caso das pessoas mais novas, e sobretudo novamente no das mulheres que se autoidentificam como transexuais, encontramos frequentemente uma outra modalidade do uso de “travesti”, aquele em que o termo é eleito como o “*outro*” da transexualidade. Ou seja, para designar aquilo que não se é nem nunca se foi, não se quer ser ou parecer e com o qual não se quer, ou mesmo se teme, ser confundida.

“As pessoas têm o vulgar termo travesti, eu não gosto de travesti, porque se procurarmos bem, travesti é uma pessoa que se transforma durante um certo tempo, aquela não é a figura delas, é a aparência delas. Eu não, eu sou a Sandra 24 horas por dia, 365 dias por ano, já há um bom tempo.” (Sandra, 22 anos)

“(…) a maior parte delas [que estão a exercer trabalho sexual no “Conde”] nem sequer são transexuais, são travestis e não têm nada a ver comigo. Porque travesti é aquele que só se veste de mulher ou de homem, não pretende modificar, nem mudar de sexo, simplesmente é um fato, uma imagem, uma máscara e eu não sou nenhuma máscara. Eu sou uma mulher no dia-a-dia, sou uma mulher 24 horas. Travesti tem muito a ver com o tipo homossexual, só se veste de roupas de mulher ou de homem mas não pretende modificar o seu corpo. Nem a mudança de sexo.” (Mônica, 29 anos)

Estes discursos de rejeição ou demarcação do travesti, onde este surge, tal como nas mulheres transexuais mais velhas, mas agora com uma conotação marcadamente negativa, como uma expressão, mas não uma identidade de (trans)gênero, são reveladores das “hierarquias da autenticidade” (Hines, 2007) que vigoram no universo do transgênero, onde a transexualidade ocupa o topo, por ser a categoria mais estabilizada e mais reconhecida. Isto mesmo é traduzido a nível dos cuidados de saúde específicos para as questões da identidade de gênero que centram a sua atenção na transexualidade e se demarcam precisamente do travesti como categoria ilegítima que não confere o acesso aos mesmos. Também a lei que regulamenta a mudança legal de sexo (lei 7/2011 de 15 de Março) tem como destinatárias exclusivas as pessoas transexuais, estipulando como requisito para o usufruto desse direito um diagnóstico de “perturbação da identidade de gênero, também designada como transexualidade” (Artº 3º b), assim excluindo todas as outras categorias de transgênero.

A associação da expressão do travesti ao uso de uma “máscara” que surge no discurso de algumas pessoas entrevistadas traduz precisamente essa ideia de não verdadeiro, não autêntico, algo que não é permanente, que se tira e se põe estrategicamente conforme as conveniências. Mas enquanto as mulheres transexuais mais velhas, que formaram a sua identidade de (trans)gênero na ausência de qualquer enquadramento institucional, perspetivam essa máscara como um recurso transitório enquanto não estão reunidas as condições para uma transição social de gênero permanente, nas mais novas é tomada como um disfarce de uma identidade trans por parte de homens cis com uma orientação homossexual. Dito de outro modo, como uma usurpação de uma identidade trans, mais especificamente transexual, por parte de homens cis, espelhando um fenómeno idêntico ao da reação da segunda vaga do feminismo às mulheres trans, que as denunciava como usurpadoras do estatuto e da natureza de mulher (a pioneira desta posição é Raymond, 1994 [1979]).

A possível confusão entre transexual e travesti tem constituído uma das principais preocupações a nível clínico e de diagnóstico nos cuidados de saúde relacionados com a identidade de gênero, sendo o “travestismo” referido como contraponto para o que “a transexualidade não é” (ou seja, é objeto de “despiste”). Trata-se daquilo a que Bolin chamou a “segregação clínica” (1997, p. 26) que separa o verdadeiro – a identidade transexual enquanto réplica da cissexualidade – do falso – todas as restantes expressões de gênero que se afastam do modelo de congruência da cissexualidade. No texto inaugural da literatura médica nacional encontramos esta distinção, sendo o “travestismo” incluído nas situações de “pseudo-transsexualismo”, em que “Um bom exemplo é o dos homossexuais travestis prostituídos (Breton, 1985) que procuram, pela transsexualização, um curto-circuito aloplástico da sua instabilidade ou, mais instrumentalmente, um aumento da sua «atractividade» perante os clientes.” (Nunes, 1987, p. 150).

Marcar o espaço da transexualidade é algo sempre presente no discurso das pessoas transexuais, tanto as que o fazem com as referências da medicina, como as que se apoiam em referências que vigoram amplamente nos espaços trans, mesmo os mais informais e (só) aparentemente não regulados (Davis, 2009). Cada uma das pessoas que se autorreconhece transexual parece assim constituir-se individualmente como *gatekeeper* desse espaço social de (trans)gênero. Já Bolin (1988, p. 78) lembrava, tendo em conta o seu trabalho etnográfico com mulheres transexuais no contexto norte-americano, que estas raramente perdem a oportunidade de explicar a um observador ingênuo a distinção entre transexuais e *drag queens*. No Reino Unido, Hines (2007,

pp. 75-77) encontrou igualmente uma demarcação hierárquica das pessoas transexuais face às que consideravam *transvestite*. No Brasil, tal como Bento (2006) relata no seu estudo com pessoas transexuais, à semelhança da realidade encontrada em Portugal, a distinção opera-se sobretudo entre transexuais e travestis. Interessante é perceber que a categoria de “transexual” parece ser universal, o que se explicará pela sua origem e legitimação pela medicina, enquanto as que se constituem como o seu “outro” vão variando linguística e culturalmente, parecendo precisamente mais dependentes dos fatores e condicionantes culturais. A este propósito convém referir que o termo travesti não se encontra na literatura anglo-saxónica, a não ser se remetido a mulheres trans migrantes, sobretudo, provavelmente pela dimensão do fenómeno, oriundas da América latina e central (Gregory, 2010). O termo travesti não é, como por vezes se joga e se toma, sinónimo de *transvestite*, desde logo porque este último abarca pessoas de ambos os sexos (Silva, 2013, p. 146).

Na sociedade portuguesa, por detrás da eleição do “travesti” como o “outro” da transexualidade, estará a redução, ao nível do senso comum, na cultura portuguesa, de todas as feminilidades trans ao “travesti”; a maior proximidade entre os dois modos de transgénero que potencia a “confusão”, sendo ambas expressões da feminilidade trans; e a maior visibilidade (real ou apenas simbólica) do travesti por relação a outras categorias de género da feminilidade trans, como, por exemplo, o *cross-dressing* (Saleiro, 2013 e 2014).

É claro que à distinção identitária se junta igualmente o facto de “travesti” ser comumente utilizado não como uma categoria de identidade de (trans)género, mas como um insulto, de que as pessoas trans, e mais uma vez sobretudo aquelas que mais se arriscam a assim serem lidas socialmente, se ressentem. No discurso, sobretudo das mulheres transexuais, encontramos claramente a *experiência (e a reprodução) de travesti como um insulto*.

“Eu não tenho qualquer tipo de animosidade [entre as várias identidades e expressões de género trans]. Agora, é assim, não gosto que me chamem travesti, por exemplo. Por exemplo, quando saem aquelas coisas do género, ‘olha o travesti’ ou não sei quê, obviamente que eu não gosto. Eu não tenho nada contra os travestis, mas eu não sou travesti. Portanto, não me agrada. Além de que também é dito num tom jocoso, num tom de gozo e pejorativo, portanto não me agrada minimamente. E portanto não gosto de ser confundida com travesti, porque não sou um travesti. Sou transexual, portanto, nesse sentido, não gosto.” (Vanessa, 37 anos)

“Eu estou muito feliz (...) tenho uma cara muito mais feminina, já não tenho aquele problema de ir na rua e “Ó travesti”. Isso acontecia, poucas vezes, mas acontecia, e quando acontecia era o mesmo que darem-me uma punhalada no coração. Porque não tenho nada a ver com isso, eu sou mulher. O travestismo ou transformismo é totalmente diferente disso, não tem nada a ver. O travestismo é um homossexual, que tem o fetiche de vestir roupas de mulher. Não tem nada a ver, um travesti ou um transformista é um homem, na maioria dos casos homossexual, que tem o fetiche de se vestir de mulher, de vestir roupas de mulher.” (Natália, 37 anos)

Para além das modalidades de uso de travesti que temos vindo a referir, temos, finalmente, e embora minoritária entre a nossa amostra, a utilização de travesti como *autoidentidade ou expressão de (trans)género já atingida ou em processo de construção*.

“De momento eu sou um travesti. [Ser travesti] É essas coisas todas das hormonas, da gente estar assim vestidas e estar com os homens de maneira diferente, que não nos vejam com aquele ar de mulher, mas com aquele ar de homem, que saiba exatamente o que a gente é. Não é aquela coisa de passarem por nós e dizerem ‘é um homem’, não, não temos figura de homem, na verdade. Mas também se forem dizer que a gente é uma mulher, também não temos figura de mulher, e é isso que eu gosto, nem homem, nem mulher. É isso que me fascina no travesti.” (Samanta, 23 anos)

“Ah, é assim, eu ainda não me considero bem, bem, travesti, estou ainda na fase da mudança. Mas eu intitulo-me, por dentro, mais mulher do que homem. Sim, sim, sinto-me mil vezes mais mulher do que homem.” (Rita, 29 anos)

No discurso de Samanta e Rita, embora nem sempre coincidentes e alinhados no que respeita à experiência e mesmo narrativa do “travesti”, vamos encontrar a assunção de características convocadas para a definição de travesti vigente nos espaços trans, a principal das quais a que elegemos como o traço distintivo deste modo de transgénero, o seu “hibridismo” de género (Saleiro, 2013).

#### 4. Modo de (trans)género: “hibridismo” de género

Estamos assim perante um “modo de transgénero” distinto, por exemplo, da “migração” de género (*de* masculino *para* feminino ou vice-versa) que caracteriza a transexualidade ou da “oscilação” de género (*ou* masculino *ou* feminino) característica do *cross-dressing*, tal como definidos por Ekins e King (2006). Neste caso, a preposição adequada é “e”, “feminino *e* masculino”, coexistindo ambos, conjugados de formas e em espaços e tempos variados. Tal “modo” não faz parte dos recenseados pelos autores, parecendo indiciar que não é apenas a palavra travesti que está ausente da literatura anglo-saxónica, mas que o modo de transgénero que traduz não se encontra ou não tem expressão nas sociedades europeias e norte americanas.

Esta categoria de (trans)género abarca pessoas a quem foi atribuído o sexo masculino à nascença, que se identificam com o feminino e expressam a feminilidade em espaços (incluindo sempre os públicos) e tempos variados (mais de noite que de dia), com transformações corporais encarnadas (no mínimo as provocadas pela toma de hormonas), e em que a assunção da feminilidade não implica a ocultação de que essa feminilidade é oriunda de “machos”, apresentando elementos associados a ambos os géneros. Tal acontece quer na narração de si (onde deambulam pelos dois géneros gramaticais mesmo quando se contam no presente), quer no modo de expressar essa feminilidade, afastando-se geralmente de uma estética feminina “natural” (aquela que frequentemente é adotada pelas mulheres transexuais). Ou seja, tal como encontrado para a realidade brasileira, e ao contrário das mulheres transexuais, as travestis expressam um feminino que não é o feminino associado às mulheres cis, é antes “um feminino diferente, outra possibilidade de feminino (Silva, 1993), que contempla em si também o masculino” (Benedetti, 1997, p. 18).

No entanto, o modo como concebemos o travesti afasta-se da conceção que parece dominante na realidade brasileira – com tradução até a nível mais político e do movimento associativo – da categoria de “travesti” definida por relação à de (mulher) “transexual” centralmente pelo não recurso (nem desejo) à cirurgia de reatribuição de sexo, ou seja, à manutenção dos genitais (Benedetti, 2000; Silva, 2009). Embora as pessoas que assim se autoidentificam não tenham alterado cirurgicamente a genitália, tal pode ser ponderado no futuro (o que acontece com uma das entrevistadas) e, por outro lado, a distinção colocada nesses termos vincularia a transexualidade à transformação dos genitais, que também não traduz a realidade portuguesa (veja-se Saleiro, 2013).

A categoria de “travesti” afasta-se da expressão “*cross-dresser*” por ter uma maior existência na esfera pública e pelos traços ou sinais da feminilidade persistirem em qualquer dimensão da vida (na estética corporal, nos gestos, etc.). Ao contrário das pessoas *cross-dresser*, as travesti não apresentam, no seu quotidiano, um aspeto tradicionalmente masculino nem tão pouco estilos de vida em consonância com essa aparência. Trata-se de uma forma de vivência e expressão de género menos “rígida” e padronizável do que outras, nomeadamente a transexualidade e o *cross-dressing*.

“Eu considero-me um travesti porque assumo os dois papéis com a maior das facilidades. Tanto dou rapazinho, quanto dou Samanta [...] Se eu estiver aqui como Samanta, pronto, vou tentar estar sempre... nunca parada, estás a ver? É fácil. Que as pessoas dão muita atenção a essas coisas, sabes? Se a gente ficar com poses masculinas, se a gente está de pernas abertas, eles dão muito valor a isso.” (Samanta, 23 anos)

É um discurso identitário que cola bem com as premissas pós-modernistas da fluidez e do carácter performativo das identidades, mostrando como, apesar de longe de poderem ser generalizadas a toda a população trans, existem efetivamente no seu seio pessoas que flutuam por entre a expressão de uma maior masculinidade e de

uma maior feminilidade (ambas pouco convencionais porque se intercetam), retirando prazer desses lugares incertos e pouco convencionais de género, apesar dos constrangimentos sociais a que nunca conseguem escapar e que têm igualmente que ser levados em consideração.

“É muito complicado, durante a noite, a Samanta, durante o dia, eu (risos). É um bocadinho complicado, mas já estudei as coisas, eu sou como me conheceram. Consigo adaptar-me a qualquer situação, sabes, a qualquer situação. A gente acaba por aprender muita coisa, muita coisa (risos). O problema é quando temos que estar com pessoas que não são do mesmo meio, sabes? E, tipo, pessoas que nos veem à noite e a gente vai-se encontrar durante o dia, completamente diferente, e às vezes há um choquezinho (...) Só que eu sou uma pessoa que começa a brincar e não sei quê e eles aí, pronto, ok. Eu gosto de mostrar aquilo que sou, não tenho que me fazer passar pelo que não sou. Se eu sou assim, sou assim, se não quiser estar ao pé de mim, por favor, pode-se afastar.” (Samanta, 23 anos)

O caso de Samanta é exemplificativo de como o trio “Essencialismo, autenticidade e fluidez” é possível. O essencialismo pode assim ser conjugado com formas híbridas de género e de experimentação e uma aparente inconstância da sua expressão. Samanta, que se sente mulher desde sempre, está satisfeita com o seu corpo e com a sua estética corporal – embora não a encare como fixa, havendo planos para a sua transformação, a ritmos e modos próprios, em direção a uma maior inscrição carnal da feminilidade (nunca chegando, porém, aos genitais) – e com a sua não expressão plena em regime de permanência.

Contudo, como foi igualmente evidente, essa variação e hibridez na expressão de género pode não ser procurada e não traduzir o modo da pessoa ser “o mais autêntica possível”, antes ser consequência ou resultado de não se conseguir atingir o lugar de género que se deseja para si. Rita não “disfarça” a sua masculinidade durante o dia porque considera não valer a pena, dada a sua expressão feminina não ser socialmente credível (a noite revela-se mais generosa) e a sua identidade legal ser masculina. Este caso mostra também os limites das abordagens que não levam em consideração a materialidade do *self*, a corporalidade e os limites que impõe na vivência de uma identidade de (trans)género (Prosser, 1998; Cromwell, 1999; Rubin, 2003; Monro, 2010) e, conseqüentemente, da necessidade de “trazer corporalidade” às análises pós-estruturalistas do transgénero (Hines, 2007, p. 31).

“Nas fotografias para o B.I vou de barba desfeita, normal, como eu estou agora. Sem a maquilhagem, sem nada, de cara lavada, completamente, completamente. Ainda com a imagem de homem, porque não vale a pena estar a pôr maquilhagem nem nada disso porque aí está, a maquilhagem nota-se que é uma coisa muito falsa. Então não vale a pena, desfaço a barba e vou assim normal tirar as fotografias, quando é para documentos. Agora quando é fotografias de rua, isso tenho muitas montada, com namorados meus, isso tenho muitas. Tenho mais fotografias minhas travestido do que propriamente normal, não gosto da imagem normal. Não gosto, incomoda-me completamente a imagem normal, uiiii... Não gosto, nem quero que os meus amigos me tirem fotografias normal, com os telemóveis, não quero, não quero. Querem, tiram uma fotografia quando eu estou pronta à noite, durante o dia não me tiram porque eu não gosto, detesto, detesto mesmo.” (Rita, 29 anos)

A diversidade encontrada entre as pessoas que se reconhecem no travesti mostra a pertinência da proposta de utilização do termo “travestilidades” avançado por Peres (2005). Ou seja, de que, talvez mais do que outras categorias de transgénero, cujos conteúdos estão mais “estabilizados”, até pelo interesse e intersecção dos discursos científicos e associativo, esta não pode ser vista como homogénea e facilmente definível, contemplando “uma variedade de possibilidades na qual nenhuma deve ser tomada como modelo absoluto.” (Peres, 2005, p. 26).

## **5. Travesti: histórias indesejáveis**

As pessoas incluídas nesta categoria de (trans)género, tal como encontrado noutros estudos e noutros contextos (por exemplo, Kulick, 1997; Valentine, 2007, pp. 113-124), reconhecem-se num conjunto de diferentes

identidades (“mulher”, “homem”, “rapazinho”, “gay”, “homossexual”, “travesti”), expondo uma narrativa que não cabe nos parâmetros daquilo que é considerado o pressuposto essencial e constitutivo do “transgénero” – a distinção entre orientação sexual e identidade de género –, havendo assunções simultâneas, e sem aparente contradição, entre “sentir-se mulher” e “ser gay” ou entre “sentir-se mulher” e “ser, obviamente, um homem”.

As múltiplas descrições auto e hétero identitárias encontradas para designar aparentemente a mesma identidade ou expressão de género complicam a atribuição de categorias de identidade estáveis ou fixas para os seus protagonistas. Mas a multiplicidade de designações em jogo não significa que essas pessoas não possuam “identidades estáveis”, como seria a leitura “pós” deste tipo de fenómenos, mas antes, como sublinha Valentine, que mesmo a utilização de termos *emic* para as descrever não é suscetível de captar a gama de significados (por vezes contestados) que animam as compreensões das pessoas acerca de si mesmas em contextos particulares (2007, p. 124). E, não menos importante, como o autor também nota, e tem vindo a ser sublinhado pelas teorias que defendem a necessidade de enquadrar essas identidades transgressoras do sistema de sexo/género dominante nas forças institucionais e ideológicas que estruturam o género (Monro, 2010; Hines, 2007), a complexidade dessas identificações tem consequências concretas na vida destas pessoas, ao nível dos apoios institucionais a que poderão ou não aceder e dos direitos que podem ou não ter. No caso português, o desalinhamento com a identidade e a narrativa da transexualidade é excludente do acompanhamento medicamente assistido no Serviço Nacional de Saúde, da obtenção do diagnóstico e, conseqüentemente, do reconhecimento legal de género. Este “duplo desalinhamento identitário” – com as premissas do sistema de sexo/género dominante e até com a sua relativa flexibilização nas formas de transgénero mais convencionais –, que leva à exclusão social e institucional, produz e reproduz estilos de vida também pouco convencionais, marginalizados e precários.

Quanto mais a expressão de género seja percebida como híbrida menor o espaço viável para habitar e maiores as probabilidades de discriminação. Esta discriminação é agravada se o género expressado for a também socialmente vulnerável feminilidade (Whittle et al., 2007, p. 8; Stryker, 2008, p. 78). Sendo essas características definitórias das travestilidades, as pessoas aqui incluídas encontram-se em situações especialmente fragilizadas, até porque expostas no espaço público (basta lembrar o exercício do trabalho sexual). O lugar viável na sociedade portuguesa atual (como certamente noutras) para pessoas percebidas como machos que expressam a feminilidade – para mais uma feminilidade pouco convencional, onde, pelo menos em alguns casos, nem parece transparecer o esforço de uma feminilidade que seja uma réplica (antes pode ser tomada por outros como uma paródia) da feminilidade cissexual – existirá apenas a um nível micro e sub-cultural, o mesmo que sempre existiu para este tipo de pessoas na sociedade portuguesa, antes dos ganhos que a “transexualidade oficial” tem vindo a conseguir: o da “rua”, espaços delimitados de trabalho sexual de expressão trans no contexto nacional com relação a espaços idênticos além-fronteiras e alguns (poucos) espaços noturnos de lazer.

Este modo de transgénero situa-se em sociedades (ou em franjas destas) em que a introdução do acompanhamento médico referenciado no “transexual ocidental” entra mais tardiamente, por relação às sociedades onde a categoria foi constituída e desenvolvida, e não provoca assim tão acentuadamente, por relação a outros contextos, o fenómeno da hegemonia dessa forma e dessa categoria de transgénero. Ora, à medida que vai havendo desenvolvimentos a este nível, esta categoria de género, simultaneamente mais híbrida e desenquadrada do que a transexualidade, e menos politizada em relação a algumas que vão surgindo mais contemporaneamente que reclamam essa hibridez mas com uma contextualização política (expressas pelo próprio termo *queer*), vai ficando mais esvaziada. E será isso, pelo menos em parte, que explicará a diferença de dimensão entre a categoria “travesti” ao nível das representações e o número de pessoas que formaram a sua identidade de (trans)género na sociedade portuguesa que dela se reconhecem.

No momento presente, na realidade portuguesa, as “histórias travesti” parecem ter-se tornado “histórias indesejáveis” (Ekins & King, 2010, p. 26) – “histórias que não devem ser contadas” (Plummer, 1995) –, a partir do momento em que o discurso sobre a transexualidade se tornou o discurso dominante e legitimador

das identidades trans “aceitáveis”. E, nesse sentido, ou são silenciadas ou são denegridas, servindo apenas para uma comparação para aquilo que se não é ou se não deve ser, funcionando estrategicamente como a alteridade da transexualidade). E é bastante clara, na realidade portuguesa, a demarcação das próprias pessoas transexuais, dos clínicos e até de parte do movimento associativo, a este “mal-afamado”, e/ou contraproducente politicamente, modo de transgênero.

## Referências

- Benedetti, Marcos Renato (1997). “*Toda feita*”: *Gênero e Identidade no Corpo Travesti*, Série Textos de Divulgação, 008/97. Disponível em [pt.scribd.com/doc/122336132/Artigo-Toda-Feita-Marcos-Benedetti](http://pt.scribd.com/doc/122336132/Artigo-Toda-Feita-Marcos-Benedetti).
- Benedetti, Marcos (2000). *Toda Feita: Corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bento, Berenice (2006). *A Reinvenção do Corpo. Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bolin, Anne (1988). *In Search of Eve. Transsexual Rites of Passage*. Westport: Bergin & Garvey.
- Bolin, Anne (1997). “Transforming transvestism and transsexualism: Polarity, politics and gender”. In Bonnie Bullough *et al.* (Ed.), *Gender Blending* (pp. 25-32), New York: Prometheus Books.
- Cromwell, Jason (1999). *Transmen and FTMs Identities, Bodies, Genders, and Sexuality*. Urbana & Chicago: University of Illinois Press.
- Davis, Erin Calhoun (2009). Situating “Fluidity” (Trans) Gender Identification and the Regulation of Gender Diversity, *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 15 (1), 97-130.
- Ekins, Richard & Dave King (2006). *The Transgender Phenomenon*. London: Sage.
- Ekins, Richard & Dave King (2010). “The emergence of new transgendering identities in the age of the internet”. In Sally Hines & Tam Sanger (Ed.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity* (pp. 25-42), New York: Routledge.
- Garfinkel, Harold (1967). *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Gregory, Katherine (2010). “Transgendering in an urban Dutch streetwalking zone”. In Sally Hines & Tam Sanger (Ed.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity* (pp. 169-185). New York: Routledge.
- Hines, Sally (2007). *TransForming Gender. Transgender Practices of Identity, Intimacy and Care*. Bristol: The Policy Press.
- Hines, Sally (2010). Queerly situated? Exploring negotiation of trans queer subjectivities at work and within community spaces in UK, *Gender, Place & Culture*, 17 (5), 597-613.
- Kulick, Don (1997). The gender of Brazilian transgendered prostitutes, *American Anthropologist*, 99 (3), 574-585.
- Monro, Surya (2010). “Towards a sociology of gender diversity”. In Sally Hines e Tam Sanger (Ed.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity* (pp. 242-258). New York: Routledge.
- Namaste, Viviane K. (2000). *Invisible Lives: The Erasure of Transsexual and Transgender People*. Chicago: The Chicago University Press.
- Nunes, Júlio Silveira (1987). “Alterações da identidade sexual (transsexualismo)”. In Francisco Allen Gomes *et al.* *A Sexologia em Portugal* (pp. 135-158). S. l: Texto Editora.

- Peres, Wiliam Siqueira (2005). *Subjectividade das Travestis Brasileiras: Da Vulnerabilidade da Estigmatização à Construção da Cidadania*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Plummer, Ken (1995). *Telling Sexual Stories. Power, Change and Social Worlds*. London e New York: Routledge.
- Prosser, Jay (1998). *Second Skins: The Body Narratives of Sexuality*. New York: Columbia University Press.
- Raymond, Janice (1994 [1979]). *The Transsexual Empire: The Making of She-Male*. New York: Teachers College Press.
- Rubin, Henry (2003). *Self-made Men: Identity and Embodiment among Transsexual Men*. Nashville: Vanderbilt University Press.
- Saleiro, Sandra Palma (2013). *Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de Género*. Tese de Doutorado em Sociologia. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Saleiro, Sandra Palma (2014). “Entre ‘sapos’ e ‘princesas’: modos, tempos e espaços de vivência cross-dresser”. In *40 anos de democracia(s): progressos, contradições e prospetivas. Atas do VIII Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. Disponível em [http://www.aps.pt/vii\\_congresso/area=actas&m=1](http://www.aps.pt/vii_congresso/area=actas&m=1).
- Silva, Hélio (1993). *Travesti: A Invenção do Feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Silva, Joseli Maria (2009). “A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade”. In Joseli Maria Silva (Ed). *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades* (pp. 135-149), Ponta Grossa: Todapalavra Editora.
- Stryker, Susan (2008). *Transgender History*. Berkeley: Seal Press.
- Valentine, David (2007). *Imagining Transgender. An Ethnography of a Category*. Durham and London: Duke University Press.
- Whittle, Stephen *et al.* (2007). *Engendered Penalties: Transgender and Transsexual Peoples’ Experiences of Inequality and Discrimination*. Press For Change/Manchester Metropolitan University.

---

<sup>1</sup> O prefixo trans é aqui utilizado como termo aglutinador da diversidade de identidades e expressões de género contidas na identificação com um género que não (exclusivamente) aquele atribuído à nascença. Inclui pessoas reconhecidas com o género masculino à nascença, mas que se identificam com o feminino ou vice-versa; pessoas que se identificam com as duas ou nenhuma das categorias binárias de género.

<sup>2</sup> Cisgénero, cissexualidade ou apenas cis são termos que descrevem a população não trans, ou seja, aquela para a qual sexo e género coincidem.

<sup>3</sup> Todos os nomes utilizados para identificar as pessoas entrevistadas foram escolhidos pelas próprias pessoas.